

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011 (Do Sr. Alfredo Kaefer)

Solicito realização de Audiência Pública a fim de tratar da Política Cambial atual, suas Conseqüências para o País e Propostas para Solução.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de reunião de audiência pública em data a ser agendada, e que sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico os seguintes nomes:

Ministro da Fazenda, Guido Mantega;

Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini;

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se o presente requerimento para debater a excessiva desvalorização do dólar, o que tem prejudicado as exportações e a balança comercial brasileira. É claro que a moeda norte-americana caiu frente a várias outras pelo mundo, mas no caso do R\$ a queda foi maior, o que traz prejuízos drásticos para nossas indústrias exportadoras, comprometendo centenas de Empresas, o Agronegócio e milhares de Empregos.

Sem conseguir exportar, pela crescente perda de competitividade externa devido ao câmbio, e sem obter recursos para produzir e pagar seus impostos e financiamentos, o Segmento processador brasileiro já está em franco e perigoso processo desindustrialização, segundo especialistas, e com sérias conseqüências futuras para o Povo e a Nação.

O Governo já deu mostras que não está conseguindo conter tal valorização cambial do Real, vez que já adotou diversas medidas que não surtiram efeitos e, pior, a tendência é de maiores valorizações, em decorrência de disputas comerciais crescentes entre os EUA, China e outros Países.

Por outro lado, com a valorização cambial, as importações são bastante facilitadas, inclusive de supérfluos, e, praticamente, estimulam-se muito as viagens internacionais, tudo isto gerando muito mais rendas e empregos “lá fora” e não “internamente”. Atualmente, o número de empresas importadoras brasileiras já supera muito o de exportadoras, destruindo uma cultura exportadora que levou anos para ser implementada e fechando mercados que levarão anos para serem reabertos.

Ao final, as Empresas não conseguem cumprir com suas obrigações internas e têm, contra sua vontade, que desempregar e ainda apelar, veementemente, aos Governos e Bancos para prorrogarem dividas e concederem novo capital de giro, ficando, então, pior para todos, sobretudo para o Povo.

O Brasil defende a possibilidade de os países emergentes adotarem medidas de controle de capital para se proteger de fluxos excessivos de capital externo. Em outubro de 2010, o Brasil aumentou o IOF para 6% sobre capitais em títulos, além de elevar de 0,38% para 6% o IOF sobre as margens de depósito de derivativos. Embora tais medidas tenham [atenuado em parte](#) a entrada de dólares no Brasil no início, o ingresso de divisas não só permaneceu alto – outubro de 2010 registrou o segundo maior aumento nas reservas internacionais brasileiras (cerca de US\$ 9,3 bilhões, +3,4% na comparação com setembro/2010), como o montante de reservas continuou aumentando desde então.

Mais recentemente, o Governo implementou uma série de medidas visando ao aumento do IOF em várias operações. Em particular o IOF incidente sobre as despesas com cartão de crédito no exterior foi elevado para 6,38%, um aumento de 4% na alíquota atualmente vigente. De outra parte, promoveu a extensão do prazo de incidência do IOF para financiamentos no exterior, na intenção de desincentivar a entrada de capitais, mas já há consenso de que isso pode até segurar um pouco a cotação da moeda americana por alguns dias, mas o fortíssimo fluxo direcionado ao Brasil deverá levar o governo a anunciar mais medidas em breve.

De fato o afrouxamento monetário norte-americano em curso desde o fim do ano passado tem-se mostrado extremamente prejudicial à economia brasileira, minando, em parte, a contribuição do Brasil para a recuperação global e reequilíbrio da economia mundial, focado principalmente em crescimento expressivo baseado na demanda doméstica.

A fim de atenuar os efeitos sub-reptícios de manipulações cambiais, o Governo, tem defendido reforma no sistema financeiro mundial que estabeleça um novo padrão de reserva mundial, baseado em uma cesta de moedas, ao invés de basear-se apenas no dólar. E foi o primeiro a alertar, no final de setembro/2010, para os efeitos do que chamou de uma guerra cambial internacional – deu como exemplo de cesta de moedas o que já ocorre com o direito especial de saque (Special Drawing Rights – SDR) do FMI, que autoriza a utilização de quatro moedas diferentes: o dólar, o yuan, o euro e a libra esterlina.

De outro lado, as autoridades brasileiras demonstram preocupação com as altas taxas de juros internas, indubitavelmente um dos fatores de atração de capitais especulativos, ainda mais em um quadro de grande liquidez monetária e estagnação das economias desenvolvidas. Nesse sentido, o governo tem declarado que trabalhará com base em taxa de juros menores, por intermédio do recuo do gasto corrente e diminuição da relação dívida pública/PIB, possibilitando ampliação do investimento e redução dos fatores de atração de capitais em excesso.

Não obstante todos esses movimentos, a cotação da moeda americana continua em queda livre. A partir da concessão de grau de investimento BBB ao País, na última semana, acentuou-se a entrada de capitais e a cotação do dólar já caiu para valores abaixo de 1,60 reais.

A invasão de produtos chineses

Os produtos brasileiros continuam perdendo espaço para os chineses. A participação da China nas importações do Brasil cresce sem parar desde 2000, quando era de 2,19%. No primeiro trimestre deste ano, os produtos chineses representavam 13,71% do total das importações brasileiras, ante os 12,46% do mesmo período de 2009. Hoje, a China é o segundo maior fornecedor do Brasil. Perde apenas para os Estados Unidos, cuja participação é de 14,8% nas compras externas do país. A China exporta produtos, com custo de produção mais baixo que os do Brasil e taxas de câmbio

desvalorizadas. A CNI - Confederação Nacional da Indústria - alerta que "O país precisa desonerar as exportações, reduzir os custos de transporte e dos financiamentos. Na agenda internacional, o Brasil deve insistir para que a China adote uma política cambial mais realista e reduza os subsídios domésticos"

Impacto no agronegócio nacional

Além da perda de rentabilidade e competitividade, com um processo de valorização cambial contínuo, ocorre o barateamento dos produtos importados. Por outro lado, a remuneração aos produtores rurais tende a diminuir, gerando um processo de perda de capacidade de crescimento de um setor que representa mais de 26,0% do PIB nacional.

Outro impacto da valorização cambial está na redução dos investimentos por parte dos produtores rurais e das grandes indústrias, resultando, em um primeiro momento, no encarecimento dos insumos da agroindústria e na redução de sua competitividade.

Esse processo de valorização das taxas de câmbio ainda reduz a capacidade de inserção da Brasil como um player de destaque no rearranjo econômico global, processo que se consolida com a maior importância dos países emergentes (com destaque para os Bric's) na economia mundial.

Importância para a economia brasileira

Segundo cálculos do CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, a produção agropecuária representa 7% do Produto Interno Bruto da economia brasileira no ano de 2008, participação que apresenta estabilidade nos últimos 14 anos, variando de uma participação mínima de 6,0% em 2006 e máxima de 7,8% em 2003.

Porém, a participação do PIB agropecuário entre os estados brasileiros apresenta a relevância desse setor entre as diversas regiões do Brasil. Considerando os dados de 2006, o PIB agropecuário representa 19,8% do PIB dos estados que compõe a região Centro-Oeste, importância que se reduz para 12,8% na região Nordeste e 12,0% na região Sul. Nas regiões Norte e Sudeste a participação média do PIB agrícola sobre o PIB regional é de 11,6% e 5,7% respectivamente.

A participação do PIB agropecuário sobre o PIB estadual do Mato Grosso foi de 22,2% em 2006, com significativas taxas de participação nos estados de Rondônia (17,1%) e Tocantins (16,7%). Por outro lado, os estados de São Paulo (1,8%), Rio de Janeiro (0,4%) e Distrito Federal (0,2%) são as regiões com menor taxa de participação do PIB agropecuário frente ao PIB total da região.

Essas taxas de participação evidenciam a importância que o setor agropecuário primário tem na dinâmica de desenvolvimento regional, sendo um importante vetor de crescimento econômico em regiões distantes do pólo Sul-sudeste.

Quando se considera toda a cadeia agroindustrial, os cálculos do CEPEA apontam para uma participação de 26,5% do PIB nacional. Entre os anos de 2007 e 2008, o PIB da agroindústria registrou taxas de crescimento superior às taxas registradas pelo PIB total; em 2007, enquanto a economia brasileira registrou variação anual de 5,7%, o PIB do complexo agroindustrial apresentou taxa de 7,9%, passando para 7,0% de crescimento em 2008 (quando o PIB brasileiro registrou elevação de 5,1%).

Desafio

O agronegócio brasileiro é uma oportunidade estratégica para o crescimento da economia nacional no mercado mundial. Por isso, a política monetária deve estar adequada para que o setor agropecuário seja um irradiador de sua competitividade através da agroindústria.

É de grande importância que esta audiência aconteça visando assim à discussão positiva e a concretização de programas federais destinados aos setores agricultura, evitando assim a da prejudicar principalmente o pequeno produtor rural e o agronegócio Brasileiro.

Sala das Comissões, em de abril de 2011.

Alfredo Kaefer
Deputado Federal
PSDB/PR